

A. I. N° - 298965.0045/06-8
AUTUADO - CASAS FREIRE.COM COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
AUTUANTE - JOÃO DA SILVA BORGES
ORIGEM - IFEP COMÉRCIO
INTERNET - 20/03/2007

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0054-05/07

EMENTA: ICMS. VENDAS REALIZADAS COM PAGAMENTO EM CARTÃO DE CRÉDITO OU DE DÉBITO. DECLARAÇÃO EM VALOR INFERIOR ÀS OPERAÇÕES REALIZADAS. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. A declaração de vendas pelo sujeito passivo em valores inferiores àquelas informadas pelas instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autoriza a presunção legal de omissões de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, vez que indica que o contribuinte efetuou pagamentos com recursos não registrados decorrentes de operações anteriores realizadas e também não registradas. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 28/09/06, exige ICMS no valor de R\$ 34.385,19, acrescido da multa de 70%, imputando ao autuado a seguinte infração:

“Omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços decorrente(s) do não lançamento do documento fiscal nos livros fiscais próprios”.

“Deixou de emitir os cupons fiscais referente as vendas com cartões de crédito/débito, identificadas pelo confronto das informações prestadas pelas administradoras e as informações constantes das reduções Z [...]”

O autuado apresenta impugnação, às fls. 47/48, alegando que operava no sistema fiscal “Mega News”, sendo que nas suas reduções “Z” não constava a forma de pagamento nas vendas com cartão. Diz que tal situação não significou em prejuízo para a fazenda estadual, afirmando que todas as vendas foram acompanhadas do cupom fiscal. Informa que anexou ao processo alguns exemplos que comprovam suas alegações. Acrescenta que é comum em seu ramo de atividade formas de pagamento dilatadas em seis, doze e até em quinze parcelas mensais. Alega que mais de oitenta por cento se trata de pagamento de parcelas e prestações de vendas efetuadas anteriormente. Ao final, negando a ocorrência da omissão de saídas de mercadorias, pede a nulidade do Auto de Infração.

O autuante em informação fiscal (fl. 99), aduz que o autuado apresentou em sua defesa os documentos às fls. 47 a 95, mas que os mesmos não comprovam que os documentos fiscais que deram origem às vendas com cartões de crédito ou de débito foram efetivamente emitidos.

Entende que o autuado deveria ter juntado ao processo, caso possuísse, o Cupom ou Nota Fiscal que correspondesse a cada uma das operações elencadas no demonstrativo às fls. 29 a 40, cujas cópias recebeu.

Em relação à alegação defensiva de falhas no seu sistema, diz que o autuado afirma ser "Mega News", porém não identifica claramente as supostas falhas. Acrescenta que, além disso, os

documentos apresentados às fls. 49 a 95 não estão vinculados às operações correspondentes informadas pelas administradoras de cartões de crédito ou débito, cuja veracidade das informações não foram contestadas pelo autuado.

Ao final, ratifica o procedimento fiscal e pede o julgamento pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente Auto de Infração exige ICMS em virtude da constatação de omissão de saída de mercadorias tributadas, apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito.

Inicialmente ressalto que não há do que se falar em nulidade do procedimento fiscal, haja vista que o Auto de Infração está revestido das formalidades legais, respaldado na legislação fiscal, ou seja, no art. 4º, § 4º, da Lei n.º 7.014/96, alterado pela Lei nº 8.542, de 27/12/02, que assim dispõe:

Art. 4º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

[...]

§4º O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção (grifo não original).

Acrescento, ainda, que o autuado recebeu cópias das planilhas comparativas de vendas por meio de cartão de crédito/débito, elaboradas pelo autuante, bem como dos Relatórios de Informações TEF diários, constando as informações prestadas pelas Administradoras de cartão de crédito.

No mérito, o autuado alegou que operava no sistema fiscal “Mega News”, sendo que nas suas reduções “Z” não constava a forma de pagamento nas vendas com cartão. Afirmou, ainda, que todas as vendas foram acompanhadas do cupom fiscal, anexando ao processo alguns documentos que entende comprovarem suas alegações. Por fim argumentou que mais de oitenta por cento de suas vendas são parceladas.

Todavia, da análise dos elementos constitutivos do processo, considero que dos documentos juntados aos autos pelo autuado, às fls. 70 a 95, apenas os acostados às fls. 76/77, 80/81, 82/83 e 84/85 podem demonstrar que no período objeto da autuação as mencionadas vendas foram feitas através de cartão de crédito e/ou débito, uma vez que os cupons fiscais estão relacionados com os respectivos boletos de pagamento.

Dessa forma, tendo em vista que as reduções “Z” do sujeito passivo, referentes a tais modalidades de venda, se encontravam zeradas em todo período, entendo que tais valores devem ser excluídos da base de cálculo considerada na autuação.

No entanto, os demais documentos anexados pela defesa não têm o condão de elidir a presunção fiscal em comento, tendo em vista que os mesmo não comprovam serem os vinculados às operações informadas pelas administradoras de cartões de crédito ou débito, que foram objeto da autuação (fls. 29 a 40), uma vez que os valores e datas de emissão dos cupons fiscais não coincidem com aqueles constantes nos boletos emitidos pelas máquinas das administradoras de cartões de crédito/débito, ou não se referem às competências objeto da autuação, ou ainda os cupons fiscais não se fazem acompanhar dos respectivos boletos.

Em relação à alegação defensiva de falhas no seu sistema, o autuado não identificou em sua peça defensiva as supostas falhas, e pelo que dispõe o art. 141, do RPAF/99, se qualquer das partes aceitar fato contra ela invocado, mas alegar sua extinção ou ocorrência que lhe obste os efeitos, deverá provar a alegação.

Ressalto ainda, que o fato de grande parte das vendas serem parceladas, em nada influi na apuração do débito, pois tanto o boleto como cupom fiscal é emitido considerando o valor total da operação.

Portanto, com exceção dos valores relativos às operações que envolvem os documentos às fls. 76/77, 80/81, 82/83 e 84/85, entendo que resta caracterizada a infração, pois conforme a transcrição acima do art. 4º, § 4º, da Lei n.º 7.014/96, a infração em comento foi constatada através do exame das declarações de vendas do contribuinte, pelo fato de se apresentarem em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, em função da redução da base de cálculo nos meses de junho e julho/06, de acordo com o demonstrativo de débito abaixo:

Data Ocorrência	B. de Cálculo	Alíquota	Multa	Valor em Real
31/01/06	26.704,82	17%	70%	4.539,82
28/02/06	21.810,94	17%	70%	3.707,86
31/03/06	26.141,52	17%	70%	4.444,06
30/04/06	20.657,94	17%	70%	3.511,85
31/05/06	31.274,11	17%	70%	5.316,60
30/06/06	33.629,35	17%	70%	5.716,99
31/07/06	40.787,11	17%	70%	6.933,81
TOTAL				34.170,99

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 298965.0045/06-8**, lavrado contra **CASAS FREIRE.COM COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$34.170,99**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de março de 2007.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

RAIMUNDO OLIVEIRA DOS SANTOS - JULGADOR